

## **DESAFIOS E CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR**

Joice Fernanda Pinheiro(1); Maria José Rabelo Aroucha (4)

*Universidade Estadual do Maranhão- UEMA  
nandapinho12@hotmail.com  
mjarouch@uol.com.br*

### **Introdução:**

O discurso acerca da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva tem acirrado uma polêmica discussão em relação à concretização das políticas públicas educacionais para que as escolas tenham condições de acesso e permanência de alunos com deficiência<sup>1</sup>. Existem muitos debates e estudos em torno das políticas públicas de atendimento educacional a todos, principalmente aos alunos com deficiência, pois as escolas afirmam não estarem preparadas para receberem esses alunos no espaço escolar. O tema abordado nesta investigação está relacionado aos desafios e concepções dos professores para o processo inclusivo de alunos com deficiência em salas regulares. Ao tratar de inclusão na educação, refere-se às matrículas de alunos com deficiência nas classes comuns da rede regular de ensino, de uma escola de Ensino Médio do Município de São Luís-MA. A prática de matrículas de alunos em escolas regulares já se faz presente no contexto atual e está pautada na legislação específica. A inclusão não é restrita somente ao acesso e acessibilidade física, mas, também às questões pedagógicas do processo de ensino aprendizagem. A pesquisa teve como objetivo geral analisar os desafios e concepções dos professores do Ensino Médio sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência. Os objetivos específicos compreenderam: Diagnosticar as dificuldades dos professores em relação ao processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência incluídos em escola regular; identificar as perspectivas que os professores têm sobre a aprendizagem de alunos com deficiência; identificar os desafios dos professores em relação ao processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência inseridos no ensino regular; relacionar a formação acadêmica dos professores ao desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas para o processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência.

### **Metodologia**

Para o alcance do objetivo proposto optou-se por dois eixos a pesquisa bibliográfica que consiste fundamentação dialética da educação inclusiva e a pesquisa de campo. Os dados foram coletados por meio de entrevista semi-estruturada e questionário de perfil. Os sujeitos que se envolveram neste processo de investigação foram 12 professores de uma escola do Ensino Médio. Considera-se que eles tiveram papel fundamental para a coleta dos dados desta investigação, pois estão diretamente ligados ao objeto de estudo. Nesta pesquisa os dados foram analisados qualitativamente, entendendo que essa técnica “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 13).

### **Resultados e discussões**

A Educação Especial Inclusiva vem tentando se consolidar ao longo do tempo, com base em uma política de educação para todos. São vários dispositivos que apontam para a inclusão de alunos

---

<sup>1</sup> De acordo com a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (art.2º) considera-se pessoa com deficiência aquela que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

com deficiência dentre eles podemos destacar a Constituição da República Federativa do Brasil (2007), a Política Nacional da Educação Inclusiva (2008), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2011), o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade (2004), a Resolução CNE/CEB N° 02 (2001). A Resolução CNE/CEB N° 02 (2001, p. 71), reforça a ideia ao dizer que, “as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns [...] professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos. Os dispositivos legais sobre a Educação Especial Inclusiva falam do acesso à escola, da participação e da aprendizagem de todos. Eles visam à construção de uma nova cultura de valorização das individualidades. Buscando assim uma educação para todos. Segundo STAINBACK & STAINBACK, (1999, p.22) “Quando existem programas adequados, a inclusão funciona para todos os alunos com e sem deficiência, em termos de atitudes positivas, mutuamente desenvolvidas, de ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais e de preparação para a vida na comunidade”. Segundo Machado (2009) a escola é uma invenção da modernidade e suas raízes trazem o modelo cartesiano/positivista que exerce uma forte influência nas práticas escolares, privilegiando uma única forma de conhecimento. Por causa desse paradigma a escola acaba classificando os alunos de acordo com seus níveis de desenvolvimento, e o que está em jogo é sempre a quantidade de conteúdos que os alunos foram capazes de assimilar. Culturalmente, a escola é aceita como um lugar de ensino, e o aluno precisa frequentá-la para adquirir conhecimento. Todavia, raramente se percebe que na escola também é possível aprender por meio das experiências culturais. Contudo, atualmente no âmbito educacional existem movimentos que visam romper com esse paradigma educacional dominante que propõe outros modos de pensar a escola. Buscando outros meios de se obter conhecimento, revendo o sistema de avaliação e promovendo uma releitura nos processos de ensino e aprendizagem. Dentro desses movimentos está situada a inclusão escolar. A escola é um espaço fundamental e onde se manifesta a diversidade, assim sendo deve repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, que reconheça a possibilidade e o direito de todos. A vista disso, o movimento da inclusão traz como premissa básica propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com deficiência e de todos os cidadãos à educação é constitucional. Por meio das entrevistas realizadas foi possível saber qual a concepção dos professores sobre Educação Inclusiva. Segundo os professores da escola a inclusão é um processo que visa a inserção de pessoas com deficiências no âmbito escolar e desse modo garantir a elas acesso a educação. Identificou-se concepções de educação inclusiva em uma visão limitada, considerando-a unicamente direcionada apenas as pessoas com deficiência. Pois segundo Carvalho (2007) afirma que a educação inclusiva é uma educação para todos é que tenha um sistema educacional que reconheça e atenda as diferenças individuais, respeitando as necessidades de cada aluno, mas não somente daqueles que possuam algum tipo de deficiência, mas de todos que, por causas diversas, possuam dificuldades de aprendizagem. As dificuldades que os professores têm para inclusão de alunos com deficiência são muitas por causa da própria estrutura organizacional da escola. O conhecimento da legislação e das deficiências, uma boa relação entre a família e escola, diálogo e organização da instituição, são fatores essenciais para inclusão de alunos com deficiência.

### **Conclusão**

No contexto educacional na perspectiva da educação inclusiva é evidente a proposta baseada em princípios e leis que reconheçam a necessidade de uma educação igualitária para todos, propondo renovação social e pedagógica. É necessário que a escola e a sociedade preparem - se para receber o aluno com deficiência e não que ele se prepare para ir à escola. Considera-se o professor como um fator de grande influência no âmbito escolar, ele deveria ser preparado adequadamente para fazer parte desse processo. O déficit da efetivação das políticas de educação inclusiva se dá também

pela falta de interesse dos nossos dirigentes e de cada indivíduo que não busca fazer sua parte, seja como pai, educador ou político. Sabe-se que ao tratar sobre Educação Especial na perspectiva Inclusiva ainda existe divergências, pois não se tem métodos únicos ou fórmulas que tragam êxitos essenciais no que tange essa proposta inclusiva. Propor medidas, conceitos e reavaliações educacionais sobre como ensinar e como aperfeiçoar os professores para essa educação torna-se uma ferramenta indispensável ao alcance dos objetivos propostos para uma escola inclusiva ao aluno com deficiência.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva; Concepção de professores; Desafios da Inclusão.

### Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação**. Brasília, DF: INEP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE/ Ministério da Educação**. Brasília, DF, 2007.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica**. MEC SEESP, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, R. **Educação especial na escola inclusiva: políticas, paradigmas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2009.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores**; Porto Alegre. ARTMED, 1999.